



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002377-82.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **VINICIUS DE CAMPOS ALEXANDRE**
 Impetrado: **Departamento Estradual de Trânsito - Detran do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

VINICIUS DE CAMPOS ALEXANDRE impetra Mandado de Segurança contra ato exarado pela Diretora de Trânsito da 26ª Ciretran de São Carlos, que lhe teria negado a expedição da Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva, por existir em seu prontuário infração de trânsito (AIT nº 5M000225-4) que foi cometida por Robson Luis Cordero, não havendo solidariedade em relação ao real condutor.

Foi concedida a liminar (fls. 24/25).

Notificada (fls. 30), a autoridade apontada como coatora apresentou informações (fls. 34/36), alegando que o impetrante cometeu infração de trânsito durante o período de validade da Permissão Para Dirigir, o que não atende à condição prevista no artigo 148, § 3º do CTB e que não se trata de bloqueio de CNH, mas de não concessão da CNH, não sendo o caso, portanto, de instauração de processo administrativo. Informa que, ante a concessão da liminar, fez-se necessária a exclusão definitiva da pontuação referente ao AIT nº 5M000225-4, para desbloqueio do prontuário do impetrante.

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fls. 42/43).

O ente público interessado, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO- DETRAN, requereu sua admissão como assistente litisconsorcial (fls. 54).

É o relatório.

Fundamento e decido.

A questão tratada nos autos situa-se em torno da possibilidade, no caso concreto, de indicação extemporânea de outro motorista para assumir a responsabilidade da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

prática da infração referente ao autor de infração mencionado na inicial.

Pois bem.

O fato de não ter sido indicado o real condutor do veículo autuado, dentro do prazo legal, fez com que o impetrante passasse a ser considerado o responsável pela infrações, conforme determina o art. 257, § 7º, do CTB.

Todavia, a interpretação contextual que deve ser dada a esse dispositivo legal indica que essa responsabilidade se restringe aos efeitos patrimoniais da infração, fazendo surgir para o proprietário do veículo a obrigação de arcar com o pagamento da multa pela prática da infração.

Não, porém, em relação aos demais efeitos que não podem ir além da pessoa do infrator. A pena não pode ser cumprida por outro quando efetivamente comprovado que a infração fora cometida por condutor diverso à figura do proprietário.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça tem manifestado entendimento de que o prazo previsto para a indicação do condutor tem o condão de gerar tão somente uma preclusão administrativa, podendo haver questionamento judicial e alteração da situação consolidada em virtude da inércia do proprietário. Confira-se:

“ADMINISTRATIVO. TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO IMPUTADA AO PROPRIETÁRIO EM RAZÃO DO QUE DISPÕE O ART. 257, § 7º, DO CTB. PRECLUSÃO TEMPORAL ADMINISTRATIVA. NECESSIDADE DE ANDAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMPROVAÇÃO, EM SEDE JUDICIAL, DE QUE O INFRATOR NÃO ERA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. RESPONSABILIDADE DO CONDUTOR. INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL. 1. Em relação à malversação do art. 257, § 7º, do CTB - que determina que "não sendo imediata a identificação do infrator, o proprietário do veículo terá quinze dias de prazo, após a notificação da autuação, para apresentá-lo, na forma em que dispuser o CONTRAN, ao fim do qual, não o fazendo, será considerado responsável pela infração" -, é preciso destacar que a preclusão temporal que tal dispositivo consagra é meramente administrativa. 2. Assim sendo, a verdade dos fatos a que chegou o Judiciário é suficiente para afastar a presunção jurídica de autoria (e, conseqüentemente, de responsabilidade) criada na esfera administrativa. 3. Agravo regimental não provido”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(AgRg no Ag 1370626/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/04/2011, DJe 27/04/2011).

Ressalte-se, por fim, que o sistema de pontuação tem também caráter pedagógico, que se perde se aplicada a quem evidentemente não concorreu para a prática da infração às leis de trânsito.

É certo que o impetrante não fez a indicação do condutor no prazo previsto, contudo, o fez agora e isso deve ser considerado (fls. 16).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, **concedendo a segurança**, para convalidar a liminar e determinar à autoridade coatora que exclua do cadastro do impetrante a pontuação referente ao AIT nº 5M000225-4, que deve ser transferida para ROBSON LUIS CORDERO, CNH 0.478.409.190-2 (fls. 16).

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Comunique-se, por ofício, o teor desta decisão à autoridade tida como coatora.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina a regra específica da Lei nº 12.016/09, isto é, artigo 14, parágrafo 1º.

P.I.

São Carlos, 03 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**